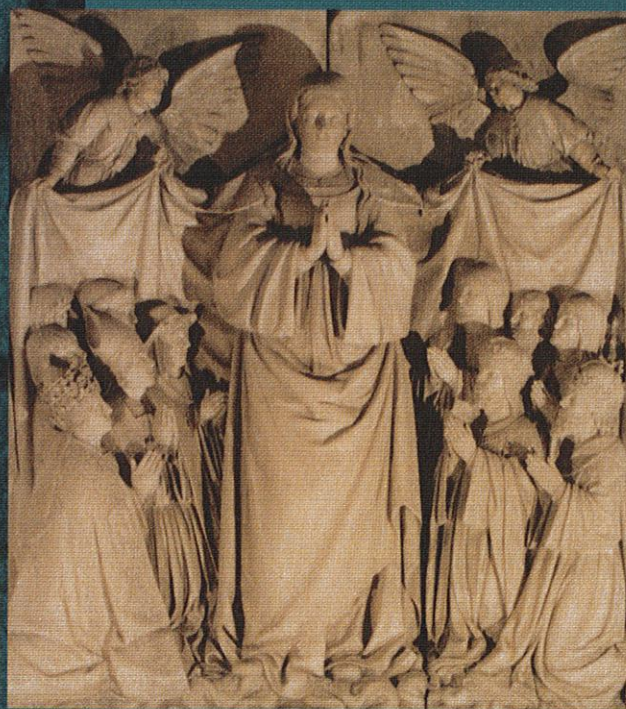


PORTUGALIAE MONUMENTA MISERICORDIARUM



Estabilidade, grandeza e crise: da *Restauração*
ao final do reinado de D. João V

Volume 6



CENTRO DE ESTUDOS DE HISTÓRIA RELIGIOSA
UNIÃO DAS MISERICÓRDIAS PORTUGUESAS

PORTUGALIAE MONUMENTA MISERICORDIARUM

Estabilidade, grandeza e crise:
da *Restauração* ao final do reinado de D. João V

Volume 6



Centro de Estudos de História Religiosa
Universidade Católica Portuguesa

COORDENAÇÃO CIENTÍFICA

José Pedro Paiva

DIRECÇÃO CIENTÍFICA DO VOLUME 6

Maria Marta Lobo de Araújo
José Pedro Paiva

COMISSÃO CIENTÍFICA

José Pedro Paiva
(Presidente)

Ana Maria C. M. Jorge
Ângela Barreto Xavier
Laurinda Abreu
Maria Antónia Lopes
Maria Marta Lobo de Araújo
Pedro Penteado
Saul António Gomes

Vítor Melícias
(União das Misericórdias Portuguesas)



União das Misericórdias Portuguesas

Projecto	Centro de Estudos de História Religiosa da Faculdade de Teologia – Universidade Católica Portuguesa
Comissão Científica	José Pedro Paiva (Presidente) Ana Maria C. M. Jorge Ângela Barreto Xavier Laurinda Abreu Maria Antónia Lopes Maria Marta Lobo de Araújo Pedro Penteadó Saul António Gomes Vítor Melícias (União das Misericórdias Portuguesas)
Direcção Científica do volume 6	Maria Marta Lobo de Araújo José Pedro Paiva
Secretariado Executivo com a colaboração de	José António Rocha Isabel Costa
Revisão Diplomática	José Pedro Paiva Saul António Gomes Jaime Ricardo Gouveia
Transcrição de documentos	Jaime Ricardo Gouveia Marta Castelo Branco Rui Cancela Sílvia Mestre Vasco Jorge Rosa da Silva
Pesquisas documentais	Jaime Ricardo Gouveia João Pedro Gomes Marta Castelo Branco Rui Cancela Sílvia Mestre Vasco Jorge Rosa da Silva
Concepção, impressão e acabamento	SerSilito-Maia
Edição	Lisboa, União das Misericórdias Portuguesas, 2007
Tiragem	1500 exemplares
Depósito Legal	186596/02
ISBN	978-972-98904-5-1

CATALOGAÇÃO NA FONTE

Portugaliae Monumenta Misericordiarum / ed. lit. Centro de Estudos de História Religiosa da Faculdade de Teologia – Universidade Católica Portuguesa; coord. científico José Pedro Paiva. – Lisboa : União das Misericórdias Portuguesas, 2002- .
ISBN 978-972-98904-5-1 vol. 6.

Vol. 6: Estabilidade, grandeza e crise: da *Restauração* ao final do reinado de D. João V. 2007 – 680 [30] p.: il., 28 cm.

I - Tit.

II - Misericórdias

1. Universidade Católica Portuguesa, Centro de Estudos de História Religiosa

2. União das Misericórdias Portuguesas

3. Paiva, José Pedro, coord. científico

CDU: 061.235

256

Organização e Metodologia

Maria Marta Lobo de Araújo e José Pedro Paiva

O volume VI dos *Portugaliae Monumenta Misericordiarum* segue o perfil comum a toda a série desta colecção, tal como foi já descrito na *Introdução* do tomo inaugural¹.

Assim, o tomo está estruturado em quatro capítulos:

- 1 – Enquadramento normativo-legal
- 2 – A instituição em acção
- 3 – Fundamentos doutrinários e espirituais
- 4 – As pessoas

No primeiro encontram-se as disposições normativas produzidas pelas várias instâncias/poderes com jurisdição em matérias respeitantes à assistência e acção das misericórdias. Daí a sua subdivisão em cinco partes, para dar conta, sucessivamente, das *Disposições da Igreja*, *Disposições régias* (neste volume apenas com um tópico relativo a *Chancelarias e outros alvarás, cartas e provisões régias*) *Disposições locais*, *Disposições senhoriais* e *Disposições das Ordens Militares*.

No segundo procuram revelar-se documentos que espelhem a actividade concreta das misericórdias. Inicia-se com um sub-capítulo que assinala as misericórdias fundadas no período cronológico a que o tomo se reporta². Segue-se um ponto intitulado *Compromissos e estatutos de Misericórdias e instituições a elas associadas*, no qual se congregam os preceitos regulamentares dessas instituições. Em terceiro lugar, em capítulo denominado *Documentação produzida pelas Misericórdias e/ou custodiada nos seus arquivos* expõe-se a documentação produzida por estas instituições e ainda boa parte dos documentos existentes nos seus arquivos, com excepção daqueles que pela sua natureza temática são enquadrados em capítulos específicos. É o caso da documentação de natureza normativo-legal, inserida no primeiro capítulo, ou de testamentos, doações e listas de irmãos, que se colocarão no capítulo quarto. Termina-se com outro sub-capítulo, *Elencos e documentação existente noutras instituições*, que apresenta o rol da documentação

¹ Cf. *PORTUGALIAE Monumenta Misericordiarum*. Coord. científica de José Pedro Paiva. Vol. I. Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas, 2002, p. 14-15.

² Pesquisas realizadas na preparação deste sub-capítulo permitiram concluir existirem já antes de 1640 as misericórdias de Assumar (anterior a 1624), Buarcos (1576), Linhares (anterior a 1608), Mirandela (anterior a 1521) ou seja, todas no período anterior ao qual este volume se reporta. É admissível que situações idênticas possam ocorrer no futuro. No último volume desta colecção será apresentada uma errata onde se contemplarão todas as correcções que forem consideradas necessárias.

relacionada com a vida das misericórdias, mas que actualmente se encontra depositada noutros arquivos e bibliotecas, no qual se inserem ainda documentos que, pela sua especificidade temática, não sejam passíveis de enquadrar em nenhum dos restantes capítulos do volume.

O terceiro capítulo reúne textos de géneros variados, desde obras de espiritualidade e devoção, sermões, a cartas e memoriais por onde perpassam propostas de reflexão que ajudam a entender o quadro ideológico/cultural que enquadrava a acção das misericórdias e que contribuíram para a construção da memória da instituição.

Por último, no capítulo 4, para ilustrar o papel concreto de alguns dos protagonistas da assistência, dispõe-se um conjunto de testamentos e referências em cartas a doações que tiveram como beneficiários misericórdias e ainda listas de irmãos de misericórdias.

Os documentos são numerados sequencialmente, não se reiniciando a numeração, a partir de 1, no começo de cada capítulo e encontram-se dispostos por ordem cronológica no interior de cada tópico.

Em geral seguem-se os critérios de transcrição paleográfica e de edição propostos por Avelino Jesus da Costa³. Neste tomo, à semelhança do que já sucedera no volume anterior, procedeu-se a uma intervenção mais profunda no nível da pontuação, acordando-a o mais possível aos critérios da actualidade, com o intuito de tornar mais claro o sentido dos textos.

Para cada documento, além da datação e local de emissão, fornece-se um sumário, a(s) fonte(s) e localização do registo que se transcreve, nos casos em que tal se justifique a existência de publicações integrais, ou sumários já efectuados e ainda, sempre que possível, indicações bibliográficas que refiram o documento ou auxiliem a sua compreensão.

O volume não contempla apenas documentação inédita. A republicação de documentos, em quantidade muito reduzida neste volume, aconteceu sempre que, entre os membros da Comissão Científica responsável por este projecto, houve a convicção de se tratar de um texto útil para a percepção dos contornos da assistência e da acção das misericórdias neste período. Assim, de entre as perto de três centenas de documentos agora publicados, alguns foram já transcritos e editados anteriormente. Nesses casos, procedeu-se à uniformização das normas paleográficas seguidas nesta edição, depois de cotejo com os originais (nos casos em que isso foi possível) propondo, por vezes, leituras distintas das versões anteriormente publicadas.

As escolhas dos documentos publicados são da inteira responsabilidade da Comissão Científica e dos coordenadores deste volume, tendo sido efectuadas com o intuito de dar resposta aos pressupostos do projecto apresentando no volume primeiro e tentando que as soluções encontradas fossem abrangentes (cronológica e espacialmente) e elucidativas de tipologias documentais geradas, procurando que estas fossem capazes de reflectir os vários aspectos e dimensões da vida e acção das misericórdias no período.

Índices onomástico, toponímico e ideográfico serão incluídos no volume 10 e último desta colecção. Neste volume inclui-se apenas um índice de todos os documentos publicados, ordenado segundo a sua disposição no tomo.

Em relação a cada capítulo, faz-se, de seguida, uma enunciação mais pormenorizada dos métodos utilizados para a sua elaboração.

³ Cf. COSTA, Avelino de Jesus da – *Normas gerais de transcrição e publicação de documentos e textos medievais e modernos*. 3ª ed. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra; Instituto de Paleografia e Diplomática, 1993.

1.1 – Disposições da Igreja:

A documentação apresentada resultou de selecção feita a partir da consulta sistemática das seguintes obras: *Corpo diplomático Portuguez contendo os actos e relações políticas e diplomáticas de Portugal com as diversas potencias do mundo desde o século XVI até aos nossos dias* (volumes XII a XV.2); *Fontes do Direito Ecclesiastico Portuguez*, vol. I. *Summa do Bullario Portuguez*, por Joaquim dos Santos Abranches, *Arquivo Portuguez Oriental*, J. H. da Cunha Rivara e *Collecção chronologica de leis extravagantes, posteriores à nova compilação das ordenações do reino, publicadas em 1603*. Consultou-se ainda a colecção de Bulas existente no IAN/TT e efectuaram-se pesquisas de documentação atinente a este tópico nas misericórdias de: Alpalhão, Aveiro, Borba, Cascais, Castelo Branco, Goa (documentação actualmente conservada no Directorate of Archeology and History), Évora, Ponte de Lima e Vila Viçosa. Procedeu-se ainda a indagações não sistemáticas na Biblioteca da Ajuda, no Arquivo da Universidade de Coimbra e no Arquivo Distrital de Braga.

1.2 – Disposições régias/administração central:

Devido à extensão cronológica deste volume e ao grande número de Regimentos que nele se publicam, este capítulo, ao contrário do que até aqui foi habitual, integra um único ponto: 1.2.1 – *Chancelarias e outros alvarás, cartas e provisões régias*. Privilegiou-se a publicação de documentação manuscrita e original. Para além desta, todavia, existem documentos de grande valor para a história das misericórdias e da assistência em geral nas seguintes obras, as quais o investigador destas temáticas não deve deixar de consultar: *Synopsis Chronologica de Subsídios ainda os mais raros para a história e estudo crítico da legislação portugueza mandada publicar pela Academia Real das Sciencias*, preparada por José Anastácio de Figueiredo; *Repertório Geral, ou Indice Alfabético das Leis Extravagantes do Reino de Portugal, publicadas depois das Ordenações, compreendendo também algumas anteriores, que se achão em observancia*, por Manuel Fernandes Tomás; *Collecção Chronologica de Leis Extravagantes posteriores à nova Compilação das Ordenações do Reino*, compilado por Joaquim Inácio de Freitas; *Indice Chronologico Remissivo da Legislação Portugueza posterior à publicação do código filippino com hum appendice. Parte I, desde a mesma publicação até o fim do reinado do senhor D. João V*, por João Pedro Ribeiro e *Collecção Chronologica de Legislação Portuguesa compilada e anotada*, por José Justino de Andrade e Silva. De entre essa documentação assinala-se aqui o particular interesse de um *Regimento dos carcereiros*, do ano de 1681 (publicado em *Ordenações Filipinas*: Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, vol. V, p. 1331-1333) e de um *Regimento que se há-de observar, sucedendo haver peste em algum Reino, ou Província, confinante com Portugal*, de 1693 (publicado em José Justino de de Andrade e Silva – *Colecção Chronologica da Legislação Portuguesa*: 1683-1700: Lisboa, Imprensa Nacional, 1859, p. 340-342).

1.2.1 – Chancelarias e outros alvarás, cartas e provisões régias:

Este ponto é composto por duas partes. Na primeira apresentam-se sumários de todos os registos de chancelaria régia contendo referências a misericórdias. Esta tarefa foi realizada através da pesquisa sistemática dos livros de índices das Chancelarias de D. João IV, D. Afonso VI, D. Pedro II e D. João V existentes no IAN/TT. Incluíram-se, ainda, sumários retirados de chancelarias de D. Filipe I, D. Filipe II e D. Filipe III que se reportavam a registos realizados no período cronológico contemplado neste tomo.

Na segunda parte expõe-se uma selecção dos documentos sumariados no ponto anterior, com o intuito de dar uma panorâmica da sua diversidade temática e geográfica, com particular relevo para as disposições mais inovadoras e para alvarás de confirmação de compromissos e de criação de novas

instituições. Neste tópico publicam-se ainda outros alvarás, cartas e provisões régias saídos da chancelaria régia mas que se conhecem apenas a partir de originais ou traslados existentes nos arquivos de misericórdias ou de outras instituições, pelo que não se incluem no elenco de sumários do ponto anterior.

1.3 – Disposições locais:

Publica-se uma restrita selecção de documentos que referem aspectos relacionados com o tema deste volume, oriundos da actividade dos Concelhos, após pesquisa efectuada exclusivamente na seguinte obra: *Elementos para a História do Município de Lisboa*, da autoria de Eduardo Freire de Oliveira. Procedeu-se ainda a pesquisas em fontes manuscritas existentes no Arquivo Histórico Municipal do Porto que não revelaram qualquer documento de especial interesse para ser inserido no volume.

1.4 – Disposições Senhoriais:

Apresenta-se uma selecção de documentação produzida por senhores relativa a terras sobre as quais tinham direitos. Para este volume foi apenas possível encontrar documentação referente à Misericórdia de Vila Viçosa. Neste âmbito foi efectuada uma pesquisa sistemática do fundo documental da Casa de Abrantes, existente no IAN/TT que, contudo, não revelou para este ponto qualquer documento de interesse.

1.5 – Disposições das Ordens Militares:

Publica-se uma selecção de documentação produzida pelas Ordens Militares. A escolha foi elaborada a partir da pesquisa efectuada nos índices das chancelarias das Ordens de Avis, Cristo e Santiago existentes no IAN/TT.

2 – A instituição em acção

2.1 – Criação de Misericórdias:

Este ponto consta de um elenco organizado cronologicamente das misericórdias para as quais é possível comprovar a criação ou o funcionamento neste período. É indicada a data exacta da criação ou, nos casos em que tal não é possível, é assinalado o momento mais remoto que se conhece em que há a confirmação de que a instituição já funcionava. Nos casos em que exista é apresentada bibliografia.

2.2 – Compromissos e estatutos de Misericórdias e instituições a elas associadas:

Publicam-se integralmente neste ponto vários compromissos de misericórdias e de outras instituições que estavam sob sua administração. Para além dos exemplares aqui transcritos é possível assinalar a existência de outros que não foi possível integrar neste tomo, dadas as implicações que isso teria na extensão da obra⁴. Neste período não foi produzido nenhum novo Compromisso da Misericórdia de

⁴ São os casos do *Compromisso da Misericórdia do Fundão de 1685* (exemplar manuscrito existente no arquivo daquela instituição), do *Compromisso da Misericórdia da Covilhã de 1680* (este foi impresso em Coimbra, por Manoel Rodrigues de Almeida, no ano de 1681), do *Compromisso da Misericórdia de Turquel*, exemplar da segunda metade do século XVII (actualmente conservado na Misericórdia de Alcobça e cuja consulta não foi permitida por esta instituição), do *Compromisso da Misericórdia de Cascais de 1698* (exemplar manuscrito existente no arquivo desta instituição), do *Compromisso da Misericórdia de S. João da Pesqueira*, de 1698 (exemplar manuscrito existente no arquivo da instituição) e do *Compromisso da Misericórdia de Elvas de 1704* (no arquivo da instituição). Para além destes, os das misericórdias de Diu (1646, que não se transcreve aqui dado o seu mau estado de conservação que já não consente leitura de várias partes e por ser muito semelhante ao de Lisboa de 1618), Évora (ca. 1651), Vila Viçosa (1661) e Penafiel (1693), todos referidos em SÁ, Isabel dos Guimarães – *Quando o rico se faz pobre: Misericórdias, caridade e poder no império português 1500-1800*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1997, p. 271-272.

Lisboa, apesar de terem sido impressas várias versões do Compromisso de 1618, de que se apresenta neste volume uma fotografia com os respectivos rostos⁵. Publica-se ainda uma parte do prólogo do Compromisso da Misericórdia da Vila da Feira, do ano de 1654, instituição que na altura tinha como provedora uma mulher, a Condessa da Feira.

2.3 – Documentação produzida pelas misericórdias:

A documentação apresentada resultou maioritariamente da selecção feita a partir de pesquisas efectuadas nas seguintes misericórdias: Almada, Aljustrel, Amieira do Tejo, Arraiolos, Aveiro, Borba, Cascais, Caminha, Chaves, Coimbra, Elvas, Ericeira, Estremoz, Fundão, Manteigas, Melgaço, Miranda do Douro, Monchique, Monção, Monforte, Monsaraz, Montargil, Montemor-o-Novo, Mora, Pederneira, Ponte da Barca, Ponte de Lima, Portel, Porto, Proença-a-Nova, Redondo, S. João da Pesqueira, Santa Maria da Feira, Sertã, Silves, Tavira, Trancoso, Valadares, Vila Real, Vila Viçosa e Viseu.

Alguns documentos transcritos neste ponto, apesar de já não se encontrarem em arquivos de misericórdias, foram originalmente produzidos por estas, o que justifica a sua integração neste ponto. A sua identificação e escolha decorreu das pesquisas efectuadas nos catálogos disponíveis nas seguintes instituições: Arquivo da Universidade de Coimbra, Arquivo Distrital de Setúbal, Arquivo Distrital de Viana do Castelo, Arquivo Histórico Municipal do Porto, Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa), Biblioteca do Palácio da Ajuda (Lisboa), Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, Biblioteca Municipal de Lagos, Biblioteca Nacional (Lisboa), Biblioteca Pública de Évora, Biblioteca Pública Municipal do Porto, Directorate of Archeology and History (Goa) e Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo.

Não se publica toda a documentação encontrada, mas a selecção feita apresenta uma grande variedade das tipologias documentais que ainda se conservam. No caso dos Acórdãos ou Actas das Mesas a escolha obedeceu a critérios temáticos⁶ e cronológicos⁷. Assim, pode garantir-se que se dão exemplos de boa parte do tipo de assuntos abordados por este tipo de fonte.

2.4 – Elencos e documentação existente noutras instituições:

Publica-se a lista de todos os documentos de qualquer forma relacionados com misericórdias existentes nos seguintes locais: Biblioteca Nacional (Lisboa), Biblioteca do Palácio da Ajuda (Lisboa), Biblioteca Pública de Évora, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, Arquivo Histórico Municipal do Porto e Biblioteca Pública Municipal do Porto. Efectuaram-se ainda pesquisas no Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo e no Arquivo Histórico Ultramarino. De todo o elenco seleccionaram-se alguns documentos considerados mais úteis para a composição de uma imagem da vida das misericórdias neste período, tendo-se optado por conferir algum destaque a misericórdias do Brasil, atendendo ao relevo que aquela colónia passou a ter, de forma mais vincada a partir da primeira metade do século XVIII.

⁵ Ver imagem nº XXII a XXV a seguir à página 480.

⁶ Para a classificação temática dos assuntos abordados nesta série utilizou-se a grelha criada para a bibliografia sobre misericórdias que se apresentou no volume I desta colecção, ver *PORTUGALIAE Monumenta Misericordiarum*. Coord. científica de José Pedro Paiva. Vol. I. Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas, 2002, p. 339-340.

⁷ Privilegiou-se a selecção de registos de anos que se presumiu poderem revelar o impacto de episódios importantes da vida política do Reino, ou de transformações do enquadramento normativo-legal das misericórdias. Assim, neste tomo, houve particular atenção com os anos de 1641-1642 (início da nova dinastia de Bragança), 1657-1658 (início da regência de D. Luísa de Gusmão), 1662-1663 (início do governo de D. Afonso VI), 1667-1668 (início da regência de D. Pedro II), 1704-1708 (Guerra da Sucessão e início do governo de D. João V), 1749-1750 (final do governo de D. João V).

instituições. Neste tópico publicam-se ainda outros alvarás, cartas e provisões régias saídos da chancelaria régia mas que se conhecem apenas a partir de originais ou traslados existentes nos arquivos de misericórdias ou de outras instituições, pelo que não se incluem no elenco de sumários do ponto anterior.

1.3 – Disposições locais:

Publica-se uma restrita selecção de documentos que referem aspectos relacionados com o tema deste volume, oriundos da actividade dos Concelhos, após pesquisa efectuada exclusivamente na seguinte obra: *Elementos para a História do Município de Lisboa*, da autoria de Eduardo Freire de Oliveira. Procedeu-se ainda a pesquisas em fontes manuscritas existentes no Arquivo Histórico Municipal do Porto que não revelaram qualquer documento de especial interesse para ser inserido no volume.

1.4 – Disposições Senhoriais:

Apresenta-se uma selecção de documentação produzida por senhores relativa a terras sobre as quais tinham direitos. Para este volume foi apenas possível encontrar documentação referente à Misericórdia de Vila Viçosa. Neste âmbito foi efectuada uma pesquisa sistemática do fundo documental da Casa de Abrantes, existente no IAN/TT que, contudo, não revelou para este ponto qualquer documento de interesse.

1.5 – Disposições das Ordens Militares:

Publica-se uma selecção de documentação produzida pelas Ordens Militares. A escolha foi elaborada a partir da pesquisa efectuada nos índices das chancelarias das Ordens de Avis, Cristo e Santiago existentes no IAN/TT.

2 – A instituição em acção

2.1 – Criação de Misericórdias:

Este ponto consta de um elenco organizado cronologicamente das misericórdias para as quais é possível comprovar a criação ou o funcionamento neste período. É indicada a data exacta da criação ou, nos casos em que tal não é possível, é assinalado o momento mais remoto que se conhece em que há a confirmação de que a instituição já funcionava. Nos casos em que exista é apresentada bibliografia.

2.2 – Compromissos e estatutos de Misericórdias e instituições a elas associadas:

Publicam-se integralmente neste ponto vários compromissos de misericórdias e de outras instituições que estavam sob sua administração. Para além dos exemplares aqui transcritos é possível assinalar a existência de outros que não foi possível integrar neste tomo, dadas as implicações que isso teria na extensão da obra⁴. Neste período não foi produzido nenhum novo Compromisso da Misericórdia de

⁴ São os casos do *Compromisso da Misericórdia do Fundão de 1685* (exemplar manuscrito existente no arquivo daquela instituição), do *Compromisso da Misericórdia da Covilhã de 1680* (este foi impresso em Coimbra, por Manoel Rodrigues de Almeida, no ano de 1681), do *Compromisso da Misericórdia de Turquel*, exemplar da segunda metade do século XVII (actualmente conservado na Misericórdia de Alcobaça e cuja consulta não foi permitida por esta instituição), do *Compromisso da Misericórdia de Cascais de 1698* (exemplar manuscrito existente no arquivo desta instituição), do *Compromisso da Misericórdia de S. João da Pesqueira*, de 1698 (exemplar manuscrito existente no arquivo da instituição) e do *Compromisso da Misericórdia de Elvas de 1704* (no arquivo da instituição). Para além destes, os das misericórdias de Diu (1646, que não se transcreve aqui dado o seu mau estado de conservação que já não consente leitura de várias partes e por ser muito semelhante ao de Lisboa de 1618), Évora (ca. 1651), Vila Viçosa (1661) e Penafiel (1693), todos referidos em SÁ, Isabel dos Guimarães – *Quando o rico se faz pobre: Misericórdias, caridade e poder no império português 1500-1800*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1997, p. 271-272.

Lisboa, apesar de terem sido impressas várias versões do Compromisso de 1618, de que se apresenta neste volume uma fotografia com os respectivos rostos⁵. Publica-se ainda uma parte do prólogo do Compromisso da Misericórdia da Vila da Feira, do ano de 1654, instituição que na altura tinha como provedora uma mulher, a Condessa da Feira.

2.3 – Documentação produzida pelas misericórdias:

A documentação apresentada resultou maioritariamente da selecção feita a partir de pesquisas efectuadas nas seguintes misericórdias: Almada, Aljustrel, Amieira do Tejo, Arraiolos, Aveiro, Borba, Cascais, Caminha, Chaves, Coimbra, Elvas, Ericeira, Estremoz, Fundão, Manteigas, Melgaço, Miranda do Douro, Monchique, Monção, Monforte, Monsaraz, Montargil, Montemor-o-Novo, Mora, Pederneira, Ponte da Barca, Ponte de Lima, Portel, Porto, Proença-a-Nova, Redondo, S. João da Pesqueira, Santa Maria da Feira, Sertã, Silves, Tavira, Trancoso, Valadares, Vila Real, Vila Viçosa e Viseu.

Alguns documentos transcritos neste ponto, apesar de já não se encontrarem em arquivos de misericórdias, foram originalmente produzidos por estas, o que justifica a sua integração neste ponto. A sua identificação e escolha decorreu das pesquisas efectuadas nos catálogos disponíveis nas seguintes instituições: Arquivo da Universidade de Coimbra, Arquivo Distrital de Setúbal, Arquivo Distrital de Viana do Castelo, Arquivo Histórico Municipal do Porto, Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa), Biblioteca do Palácio da Ajuda (Lisboa), Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, Biblioteca Municipal de Lagos, Biblioteca Nacional (Lisboa), Biblioteca Pública de Évora, Biblioteca Pública Municipal do Porto, Directorate of Archeology and History (Goa) e Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo.

Não se publica toda a documentação encontrada, mas a selecção feita apresenta uma grande variedade das tipologias documentais que ainda se conservam. No caso dos Acórdãos ou Actas das Mesas a escolha obedeceu a critérios temáticos⁶ e cronológicos⁷. Assim, pode garantir-se que se dão exemplos de boa parte do tipo de assuntos abordados por este tipo de fonte.

2.4 – Elencos e documentação existente noutras instituições:

Publica-se a lista de todos os documentos de qualquer forma relacionados com misericórdias existentes nos seguintes locais: Biblioteca Nacional (Lisboa), Biblioteca do Palácio da Ajuda (Lisboa), Biblioteca Pública de Évora, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, Arquivo Histórico Municipal do Porto e Biblioteca Pública Municipal do Porto. Efectuaram-se ainda pesquisas no Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo e no Arquivo Histórico Ultramarino. De todo o elenco seleccionaram-se alguns documentos considerados mais úteis para a composição de uma imagem da vida das misericórdias neste período, tendo-se optado por conferir algum destaque a misericórdias do Brasil, atendendo ao relevo que aquela colónia passou a ter, de forma mais vincada a partir da primeira metade do século XVIII.

⁵ Ver imagem nº XXII a XXV a seguir à página 480.

⁶ Para a classificação temática dos assuntos abordados nesta série utilizou-se a grelha criada para a bibliografia sobre misericórdias que se apresentou no volume I desta colecção, ver *PORTUGALIAE Monumenta Misericordiarum*. Coord. científica de José Pedro Paiva. Vol. I. Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas, 2002, p. 339-340.

⁷ Privilegiou-se a selecção de registos de anos que se presumiu poderem revelar o impacto de episódios importantes da vida política do Reino, ou de transformações do enquadramento normativo-legal das misericórdias. Assim, neste tomo, houve particular atenção com os anos de 1641-1642 (início da nova dinastia de Bragança), 1657-1658 (início da regência de D. Luísa de Gusmão), 1662-1663 (início do governo de D. Afonso VI), 1667-1668 (início da regência de D. Pedro II), 1704-1708 (Guerra da Sucessão e início do governo de D. João V), 1749-1750 (final do governo de D. João V).

3 – *Fundamentos doutrinais e espirituais:*

Os documentos publicados neste capítulo resultam de uma selecção efectuada pela Comissão Científica no espólio de obras impressas ou manuscritas no período.

4 – *As pessoas:*

Este capítulo é integralmente composto por uma selecção muito restrita do enorme universo de testamentos ou doações cujos beneficiários foram misericórdias e por elencos de irmãos produzidos por estas instituições. Tal como para os volumes anteriores, pesquisaram-se os testamentos dos monarcas do período, mas nenhum deles contemplou legados a favor de misericórdias.